

O ensino atrelado à política

Educação

A frustração que tivesse acometido Brasília, porque lá ninguém votou, na última consulta às urnas, de 15 de novembro, seguramente teria desaparecido domingo: um grande pleito, reunindo numeroso eleitorado, de 400 mil pessoas (cerca de 55% do que se encontra inscrito, sem grifo, perante a Justiça Eleitoral), foi convocado para a escolha dos novos diretores das escolas públicas de Brasília. O corpo de votantes tinha composição heterogênea, integrado por professores e funcionários de tais escolas, e mais por alunos maiores de 14 anos, pais de alunos com idade inferior àquela. A campanha foi árdua, com um sem-número de discursos, pichações, muito papel e o chamado pincel atômico. Quem duvidasse do empenho dos candidatos em conquistar o mandato eletivo estaria redondamente enganado: diretora da escola do Lago Norte, Onilmar Soares retirou sua candidatura porque estava sendo ameaçada. "Recebi dois telefonemas anônimos, com xingamentos", disse ela, mostrando qual a atmosfera que presidiu o pleito, no qual se sabia que cerca

da metade dos favoritos era de simpatizantes do PT e do PDT — logo, progressistas, no chavão de militantes que, sem se dar conta de como exibem sua índole fascista, tacham de reacionários todos os que se lhes opõem.

É de estarrecer, essa iniciativa de atrelar o ensino à política partidária, a título de praticar democracia, que nada tem que ver com licença. Seria melhor, talvez, eliminar do pavilhão nacional o distíco Ordem e Progresso, categorias (para usar a acepção filosófica de ambas as palavras) que nada têm que ver com qualquer forma de abuso de liberdade. Que fazer? Em períodos de crise como este por que o Brasil passa, a demagogia campeia, disseminando uma mentalidade que se expressa por inteiro na expressão *toma lá, dá cá*. Se se sofre, se o salário se dissolve na compra de tudo o que, a cada dia, fica mais caro, se não se pode planejar um amanhã tranquilo e, mais importante, se a culpa desses males cabe à autoridade, visto que é o governo que fabrica a inflação, o jeito é acuá-la, seja de que nível for;

e, sabido que o governo reduziu ao mínimo sua capacidade de reação à desordem, adotar iniciativas como a que se comenta aqui.

Que é que ensino tem que ver com ideologia política? Ninguém se espante se, em futuro próximo, pais de alunos recusarem matricular seus filhos em alguma escola de Brasília sob alegação de que é *petista* ou *pedetista*; ou, em outras palavras, de índole totalitária ou *socialista morena*. Como reagirão professores que sejam democratas sinceros a um comando político dessa natureza? Em que termos se equacionarão os problemas gerados por tamanha distorção? São perguntas que ficam sem resposta, no momento, estas que se formulam agora. Uma coisa é certa entretanto: não haverá, nas escolas públicas da Capital do País, clima para que elas funcionem a contento. Será curioso constatar dentro de pouco tempo que tipo de pregação se instila na mensagem de mestres engajados, que vivem em função de conceitos retrógrados sobre a luta de classes ou sobre as vantagens do capitalismo de Estado.

Torna-se indispensável, à vista da experiência de anteontem em Brasília, reformar a Constituição a fim de conceder direito de voto aos maiores de 14 anos. Por que não? Se nessa idade já se possui formação e discernimento para escolher diretores de escolas, por que não aproveitar essa mesma formação e esse mesmo discernimento na escolha do presidente da República, dos governadores e dos prefeitos, e dos titulares de mandatos nas diversas casas legislativas? Afinal, a tradição no Brasil, como diria o senador Afonso Arinos, é maioridade aos 14 anos — pois foi em 1840, quando tinha 14 anos, que D. Pedro II recebeu a maioridade e passou a exercer a chefia do Estado, dispensando a regência...

O pleito escolar de Brasília retrata o País neste final da década dos 80. Não se esperará muito para registrar os malefícios que provocará — com prejuízo para o ensino, cuja promoção, afinal, tinha de ser o único objetivo que deveria inspirar os professores, para que fizessem jus aos vencimentos que recebem como funcionários públicos.